



Eixo: Política Social e estratégias de desenvolvimento.

A regulação da Cannabis de grau medicinal em Israel e possíveis contribuições para o processo de regulação da cannabis medicinal no Brasil

Introdução

Israel foi um dos primeiros países a regular internamente a cadeia de fornecimento de Cannabis com grau medicinal. A principal característica desse processo foi a “medicalização”, através da Resolução Governamental no 1.587 de 26 de julho de 2016, ou seja, a regulação do cultivo, produção, distribuição, prescrição e venda de produtos de Cannabis, sem legalização ou descriminalização do uso adulto. A hipótese de pesquisa considera que a análise do arranjo institucional das políticas públicas para Cannabis com fins medicinais, implantadas por Israel, pode apoiar as tomadas de decisões do processo de regulamentação da Cannabis medicinal no Brasil.

Desenvolvimento

O presente trabalho realiza uma revisão documental e narrativa sobre a regulação do acesso à cannabis medicinal em Israel, através de busca na internet por documentos governamentais e pela busca de artigos de revisão perante as bases de dados através do buscador da PUBMED e SCIELO, utilizando-se os seguintes descritores: “Israel” AND “Cannabis” AND “medical” AND “regulation”.

A pesquisa evidencia que um dos principais marcos da pesquisa científica sobre canabinoides foi o isolamento da molécula do $\Delta 9$ -THC, alcançado em 1964 (MECHOULAM, 2016). SCHLAG (2020) registra que Israel permitiu a prescrição de cannabis medicinal no início da década de 1990, através de autorizações individuais concedidas pela Suprema Corte para garantir o direito de pacientes ao seu tratamento.

Com a Resolução nº 1.050 de 15 de dezembro de 2013 (ISRAEL, 2013) foram estabelecidos os princípios para o funcionamento do sistema israelense de acesso

à cannabis medicinal: a) respeito às convenções internacionais de drogas e estupefacientes; b) a cannabis segue definida como “droga perigosa” (ICMA, 2021); c) uma agência governamental é responsável pela supervisão e regulamentação do uso de cannabis para fins médicos; d) igualdade de tratamento entre a cannabis e qualquer outro produto médico; e) prevenção de abusos e crimes relacionados à cannabis. Também foram definidas as indicações médicas elegíveis para tratamento, procedimentos de dispensação, nomeação de “administradores” e regras de disponibilização do serviço aos pacientes. A Resolução nº 1.050 de 2013 significou um avanço no atendimento médico à população, mas as licenças para autocultivo foram revogadas, imprimindo ao sistema um caráter farmacêutico de massa.

Considerações Finais

Israel desenvolveu um ambiente regulatório onde as indicações para as quais a cannabis pode ser prescrita são rigorosamente regulamentadas e desenvolvidas com base na acumulação de dados de investigação e experiência clínica. A criação de uma agência governamental responsável pelo controle e fiscalização da cadeia produtiva de Cannabis de grau medicinal - Unidade de Cannabis Medicinal, (ISRAEL, 2011), desponta como a opção regulatória segura, para se adequar ao arranjo institucional conforme Convenção Única de Drogas de 1961, e impacta positivamente na qualidade dos produtos com grau medicinal

Referências

- Mechoulam R. (2016). Cannabis - the Israeli perspective. *Journal of basic and clinical physiology and pharmacology*, 27(3), 181–187. <https://doi.org/10.1515/jbcpp-2015-0091>
- Schlag AK. An Evaluation of Regulatory Regimes of Medical Cannabis: What Lessons Can Be Learned for the UK? *Med Cannabis Cannabinoids*. 2020 Jan 15;3(1):76-83. doi: 10.1159/000505028
- Ministério da Saúde de Israel. Unidade de Cannabis Medicinal (IMCA/YAKAR). 2021. Disponível em:< <https://www.gov.il/en/departments/about/about-yakar>> Acesso em 14/04/2024
- Israel. Ministério da Saúde. Decisão nº. 3.609 do governo de 07.08.2011. Disponível em: https://www.gov.il/he/Departments/policies/2011_des3609.